



JUGESP 0.2 1981 08 10

**ENTRE****E**

**DATADA DE**  
**29 DE MAIO DE 2013**



JUCESP  
17 05 13

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA VIGOR ALIMENTOS S.A.**

Pelo presente “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Vigor Alimentos S.A.” (“Escritura de Emissão”):

como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão (“Debêntures”):

- I. **VIGOR ALIMENTOS S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Rua Joaquim Carlos, 396, 1º andar, Brás, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 13.324.184/0001-97, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (“Emissora”); e

como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures (“Debenturistas” e, individualmente, “Debenturista”):

- II. **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”).

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar a presente Escritura de Emissão, que será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - AUTORIZAÇÃO**

1.1 A emissão das Debêntures objeto da presente Escritura de Emissão (“Emissão”), a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Oferta” e “Instrução CVM 476”, respectivamente), a constituição da Alienação Fiduciária (conforme abaixo definida), e a celebração da presente Escritura de Emissão são realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 23 de maio de 2013 (“AGE”) e da reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 28 de maio de 2013 (“RCA”), nos termos do artigo 59, *caput* e §1º, respectivamente, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e de acordo com o Estatuto Social da Emissora.

1.2. Esta Escritura será objeto de aditamento para convolar a sua espécie quirografária em espécie com garantia real, nos termos dos itens 5.28.1 e 5.11.2 abaixo, respectivamente.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS REQUISITOS**

2.1. A Emissão e a Oferta serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

**2.1.1. Arquivamento e Publicação da Ata da AGE e da Ata da RCA**

2.1.1.1. As atas da AGE e da RCA serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e serão publicadas (i) no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e (ii) no jornal “O Estado de São Paulo”, conforme disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2. Os atos societários da Emissora que eventualmente venham a ser realizados no âmbito da Emissão e da Oferta, após a inscrição desta Escritura de Emissão nos termos do item 2.1.2. abaixo, serão igualmente

JUCESP  
17 DE 13

arquivados na JUCESP e publicados no DOESP e no jornal "O Estado de São Paulo", em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.

#### **2.1.2. Inscrição desta Escritura de Emissão e seus Eventuais Aditamentos**

2.1.2.1. Esta Escritura de Emissão, o aditamento de que trata o item 5.28.1. abaixo, e seus eventuais Aditamentos (conforme abaixo definidos) serão inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

#### **2.1.3. Registro para Distribuição**

2.1.3.1. As Debêntures serão devidamente registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP.

#### **2.1.4. Registro para Negociação e Custódia Eletrônica**

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.4.2. Não obstante o disposto no item 2.1.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários, depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição por cada Investidor Qualificado (conforme abaixo definido), conforme disposto no artigo 13 Instrução CVM 476, e depois do cumprimento, pela Emissora, dos requisitos do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

#### **2.1.5. Dispensa de Registro na CVM**

2.1.5.1. A Oferta está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Capitais"), nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação.

#### **2.1.6. Dispensa de Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")**

2.1.6.1. A Oferta está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO SOCIAL DA EMISSORA**

3.1. A Emissora tem por objeto social (a) beneficiamento, industrialização, distribuição, comércio, importação, exportação, comissão, consignação e representação de leite e seus derivados; (b) beneficiamento, industrialização, distribuição, comércio, importação, exportação, comissão, consignação e representação de produtos alimentícios de qualquer gênero; (c) distribuição, comércio, importação, exportação, comissão, consignação e representação de produtos agropecuários, máquinas, equipamentos, peças e insumos necessários à fabricação e venda de produtos da Emissora; (d) distribuição, comércio, importação, exportação, comissão, consignação e representação de vinagres, bebidas em geral, doces e conservas; (e) prestação de serviços e assistência técnica a agricultores pecuaristas rurais; e (f) a participação em sociedades no Brasil ou no exterior, como sócia ou acionista (*holding*).

DUCE SP  
17 05 13

#### CLÁUSULA QUARTA – DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados (i) no caso da 1ª Série (conforme definida abaixo), à liquidação parcial das notas promissórias comerciais da 1ª (primeira) emissão da Emissora; e (ii) no caso da 2ª Série (conforme definida abaixo) exclusivamente e integralmente à compra de leite de produtores rurais, ou seja, diretamente às atividades da Emissora relacionadas ao agronegócio, assim entendidas as atividades relacionadas com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários, conforme disposto nos itens 6.4. e 7.4. abaixo, respectivamente.

#### CLÁUSULA QUINTA – CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES COMUNS ÀS DUAS SÉRIES

##### 5.1. Número da Emissão

5.1.1. A presente Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

##### 5.2. Número de Séries

5.2.1. A Emissão será realizada em duas séries.

##### 5.3. Valor Total da Emissão

5.3.1. O valor total da Emissão será de R\$410.000.000,00 (quatrocentos e dez milhões de reais) (“Valor Total da Emissão”), na Data de Emissão (conforme abaixo definida), sendo (i) R\$310.000.000,00 (trezentos e dez milhões de reais) referentes às Debêntures da 1ª Série (conforme abaixo definida) (“1ª Série”); e (ii) R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) referentes às Debêntures da 2ª Série (conforme abaixo definida) (“2ª Série”).

##### 5.4. Quantidade de Debêntures

5.4.1. Serão emitidas 410 (quatrocentas e dez) Debêntures, sendo (i) 310 (trezentas e dez) Debêntures da primeira série (“Debêntures da 1ª Série”); e (ii) 100 (cem) Debêntures da segunda série (“Debêntures da 2ª Série”).

##### 5.5. Banco Liquidante da Emissão e Escriturador Mandatário

5.5.1. O banco liquidante da Emissão e escriturador mandatário das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado ‘Cidade de Deus’, s/n, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 (“Banco Liquidante da Emissão” e “Escriturador Mandatário”, respectivamente).

##### 5.6. Valor Nominal Unitário

5.6.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (“Valor Nominal Unitário”).

##### 5.7. Data de Emissão

5.7.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 26 de abril de 2013 (“Data de Emissão”).

##### 5.8. Prazo e Data de Vencimento

5.8.1. As Debêntures terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão vencendo-se,

DUCE SP  
17 05 13

portanto, em 26 de abril de 2020 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures previstas na Cláusula Nona e nos itens 5.18 e 5.15.2.1., inciso V, subitem (i) abaixo, respectivamente. Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido), nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

#### **5.9. Forma e Comprovação de Titularidade**

5.9.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas e certificados das Debêntures, sendo que para todos os fins de direito a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente no CETIP21.

#### **5.10. Conversibilidade**

5.10.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

#### **5.11. Espécie**

5.11.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, sujeitas à convolação para a espécie com garantia real, nos termos do item 5.11.2. abaixo.

##### *5.11.2. Convolução da Espécie das Debêntures*

5.11.2.1. As Debêntures passarão automaticamente a ser da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, no momento em que os eventos descritos no item 5.25.2. abaixo forem implementados ("Convolução").

5.11.2.2. A Emissora e o Agente Fiduciário estão desde já autorizados e obrigados a celebrar aditamento a esta Escritura de Emissão, nos termos do Anexo I à presente Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de assinatura, pela Emissora, do boletim de subscrição das Ações Alienadas, sem necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou qualquer outro ato societário da Emissora, exclusivamente para formalizar a Convolução.

#### **5.12. Prazo de Subscrição**

5.12.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, em uma única data, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido), em até 15 (quinze) dias, contados da data de início de sua distribuição, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

#### **5.13. Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Integralização**

5.13.1. As Debêntures serão integralizadas, à vista e em moeda corrente nacional, por meio do MDA, por, no máximo, 20 (vinte) investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados" e "Instrução CVM 409", respectivamente), no ato da subscrição e integralização ("Data de Integralização"), pelo Valor Nominal Unitário ("Preço de Integralização"), observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476.

5.13.2. O montante a ser recebido pela Emissora em decorrência dos valores pagos pelos Debenturistas a título de integralização das Debêntures será depositado, pelo Coordenador Líder (conforme abaixo definido) em conta bancária mantida pela Emissora junto ao Banco Liquidante da Emissão e Escriturador Mandatário.

JUCESP  
17 06 13

#### 5.14. Amortização do Principal

5.14.1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do resgate antecipado e da decretação de vencimento antecipado das Debêntures previstos nos itens 5.18 e 5.15.2.1., inciso V, subitem (i) e na Cláusula Nona abaixo, respectivamente, o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, conforme o caso, será amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês de vigência das Debêntures, contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 26 de abril de 2016 e o último pagamento devido na Data de Vencimento, conforme tabela a seguir:

Data de Amortização das Debêntures	Definição da Fração do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures
26 de abril de 2016	20,0%
26 de abril de 2017	20,0%
26 de abril de 2018	20,0%
26 de abril de 2019	20,0%
26 de abril de 2020	20,0%

#### 5.15. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário e Juros Remuneratórios

5.15.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário.

5.15.2. Sob as Debêntures da 1ª Série incidirá a Remuneração das Debêntures da 1ª Série (conforme abaixo definida) e sob as Debêntures da 2ª Série incidirá a Remuneração das Debêntures da 2ª Série (conforme abaixo definida), nos termos dos itens 6.3. e 7.3. abaixo, respectivamente.

5.15.2.1. Os itens abaixo relacionados são aplicáveis tanto para a Remuneração das Debêntures da 1ª Série quanto para Remuneração das Debêntures da 2ª Série, observado o disposto nos itens 6.3. e 7.3. abaixo, respectivamente:

- I. Define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série e da Remuneração das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série e da Remuneração das Debêntures da 2ª Série correspondente ao período em questão (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento, amortização extraordinária, resgate antecipado e vencimento antecipado, conforme o caso;
- II. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI (conforme abaixo definida) quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI;
- III. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis da data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado. A referida Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser convocada em até 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro Dia Útil subsequente ao término do prazo de 10 (dez) Dias úteis, ou (ii) do primeiro Dia Útil contado da data de extinção da Taxa DI ou ainda de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso. A Assembleia Geral de Debenturistas de que trata este inciso III deverá ser realizada em até



JUCESP  
17 05 13

Assembleia Geral de Debenturistas deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração das Debêntures da 1ª Série e Remuneração das Debêntures da 2ª Série em vigor. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração das Debêntures da 1ª Série e da Remuneração das Debêntures da 2ª Série seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis utilizada pela Taxa DI;

- VI. Caso a Emissora opte pelo resgate descrito no subitem (i), do inciso V, acima, tal resgate, assim como o pagamento das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série a serem resgatadas, serão realizados observando-se os procedimentos da CETIP, com relação às Debêntures da 1ª Série e às Debêntures da 2ª Série que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do Escriturador Mandatário, com relação às Debêntures da 1ª Série e às Debêntures da 2ª Série que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; e
- VII. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, da realização do resgate de que trata o subitem (i), do inciso V, acima, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

#### 5.16. Pagamento dos Juros Remuneratórios

5.16.1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do resgate antecipado e vencimento antecipado das obrigações decorrente das Debêntures previstos nos itens 5.18 e 5.15.2.1., inciso V, subitem (i) e na Cláusula Nona abaixo, respectivamente, os Juros Remuneratórios serão pagos anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 26 de abril de 2014 e o último, na Data de Vencimento, conforme tabela a seguir:

Datas de Pagamento da Remuneração
26 de abril de 2014
26 de abril de 2015
26 de abril de 2016
26 de abril de 2017
26 de abril de 2018
26 de abril de 2019
26 de abril de 2020

#### 5.17. Repactuação Programada

5.17.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

#### 5.18. Resgate Antecipado Facultativo

5.18.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, promover o resgate antecipado de parte ou totalidade das Debêntures em Circulação, conforme abaixo definidas, com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). O Resgate Antecipado Facultativo estará sujeito ao atendimento das seguintes condições:

- I. a Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário e o Banco Liquidante da Emissão e Escriturador Mandatário acerca da realização do Resgate Antecipado Facultativo, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência. Tal comunicado deverá conter os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, que incluem, mas não se limitam a (i) a data do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) se o Resgate Antecipado Facultativo será total ou parcial e, se for parcial, mediante sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, observado o disposto no inciso III abaixo; (iii) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido); e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo ("Comunicação de Resgate");



JUL 17 06 13

- II. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures será equivalente (i) ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) os Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso; e (iii) um prêmio incidente sobre o montante objeto do Resgate Antecipado Facultativo (“Prêmio”), conforme tabela a seguir:

Prazo	Prêmio
até 26 de abril de 2014 (inclusive)	1,16%
até 26 de abril de 2015 (inclusive)	1,31%
até 26 de abril de 2016 (inclusive)	1,38%
até 26 de abril de 2017 (inclusive)	1,40%
até 26 de abril de 2018 (inclusive)	1,37%
até 26 de abril de 2019 (inclusive)	1,36%
até 25 de abril de 2020 (inclusive)	1,24%

- III. caso a Emissora opte pelo Resgate Antecipado Facultativo parcial das Debêntures, então o resgate será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido em Assembleia Geral de Debenturistas a ser convocada pelo Agente Fiduciário para deliberar sobre os critérios aplicáveis, observado, para tanto, o disposto no item 5.18.2. abaixo; e
- IV. o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente será realizado por meio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, ou por meio do Escriturador Mandatário, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

5.18.2. Caso a Emissora realize o Resgate Antecipado Facultativo, em decorrência de uma operação de mercado de capitais liderada pelo Coordenador Líder, será concedido um desconto de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) sob o valor a ser pago pela Emissora a título de Prêmio.

5.18.3. Caso (i) por qualquer razão não haja a realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o inciso III do item 5.18.1. acima, ou (ii) ainda que havendo a referida Assembleia Geral de Debenturistas, não haja acordo sobre os critérios para realização do sorteio, o sorteio relativo ao referido resgate parcial será realizado pelo Agente Fiduciário usando-se para tanto as práticas usuais de mercado.

5.18.4. No caso do Resgate Antecipado Facultativo parcial mencionado no inciso III acima, tal resgate deverá ser realizado, por meio de operação de compra e venda definitiva, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar tal Resgate Antecipado Facultativo parcial, não haverá a necessidade de ajuste a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

5.18.5. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com o “de acordo” do Agente Fiduciário, da realização do Resgate Antecipado Facultativo, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

#### 5.19. Encargos Moratórios

5.19.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto,

DUCE SP  
17 06 13

“Encargos Moratórios”).

#### **5.20. Local de Pagamento**

5.20.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no Cetip21: (a) na sede do Escriturador Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

#### **5.21. Imunidade Tributária**

5.21.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante da Emissão, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

5.21.2. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos do item 5.21.1. acima, e que tiver essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, ou ainda, que tenha esta condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas neste item 5.21.2, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante da Emissão, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante da Emissão ou pela Emissora.

5.21.3. Mesmo que tenha recebido a documentação referida no item 5.21.1. acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora ou o Banco Liquidante da Emissão por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

#### **5.22. Prorrogação dos Prazos**

5.22.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão até o dia subsequente em que os bancos estejam abertos para expediente na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Dia Útil”), se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme mencionado acima, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado e/ou domingo.

#### **5.23. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

5.23.1. Sem prejuízo do disposto no item 5.22. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

#### **5.24. Publicidade**

5.24.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma,

DUCE SP  
17 06 13

vierem a envolver, direta ou indiretamente, o interesse dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” no DOESP e no jornal “O Estado de S. Paulo”, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações. A Emissora poderá alterar qualquer dos jornais acima por jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de “Aviso aos Debenturistas”, no jornal a ser substituído. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário.

## **5.25. Garantia Real**

5.25.1. **Alienação Fiduciária de Ações.** Quando da implementação dos eventos descritos no item 5.25.2 abaixo, as Debêntures contarão com a seguinte garantia real: alienação fiduciária de ações ordinárias de emissão da Itambé Alimentos S.A. (“Ações Alienadas” e “Itambé”, respectivamente), nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças”, a ser celebrado pela Emissora e o Agente Fiduciário, na forma do Anexo II a presente Escritura de Emissão (“Contrato de Alienação Fiduciária”), correspondentes a 100% (cem por cento) das Ações Alienadas de titularidade da Emissora, equivalentes no momento da constituição da Alienação Fiduciária de Ações a 50% (cinquenta por cento) do capital social da Itambé, assim como todos os direitos políticos e econômicos a estas inerentes (“Alienação Fiduciária”). Os demais termos e condições da Alienação Fiduciária encontram-se expressamente previstos no Contrato de Alienação Fiduciária.

5.25.2. As garantias objeto do Contrato de Alienação Fiduciária passarão a ser plenamente válidas e eficazes na data em que (i) as Ações Alienadas forem efetivamente emitidas pela Itambé; e consequentemente (ii) inscritas e integralizadas pela Emissora.

5.25.3. A Emissora e o Agente Fiduciário estão desde já autorizados e obrigados a celebrar o Contrato de Alienação Fiduciária, nos termos do Anexo II à presente Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de assinatura, pela Emissora, do boletim de subscrição das Ações Alienadas, sem necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou qualquer outro ato societário da Emissora, exclusivamente para formalizar a Convolação.

## **5.26. Equity Support Agreement**

5.26.1. A FB Participações S.A. (“FB”), na qualidade de acionista controlador da Emissora, o Agente Fiduciário, e a Emissora celebrarão “Instrumento de Suporte Financeiro e outras Avenças” (“Equity Support Agreement” ou “ESA”), através do qual a FB se comprometerá a realizar um aporte de capital na Emissora, nas formas e termos estabelecidos no ESA, no valor de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) ou o necessário à diminuição do índice de alavancagem financeira da Emissora (Dívida Líquida/EBITDA). Os demais termos e condições encontrar-se-ão expressamente previstos no ESA.

## **5.27. Aquisição Facultativa**

5.27.1. À Emissora é facultado, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação no mercado, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso (devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora), ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde que observadas as regras expedidas pela CVM, conforme o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das Sociedade por Ações, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso (“Aquisição Facultativa”). As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, nos termos do item 5.28 abaixo; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item 5.27.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

JUCESP  
17 06 13

#### 5.28. Aditamento à Escritura de Emissão

5.28.1. Esta Escritura será objeto de aditamento para convolar a sua espécie quirografária em espécie com garantia real, nos termos do item 5.11.2. acima.

5.28.2. O aditamento de que trata o item 5.28.1., acima, e quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão ("Aditamentos") deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e posteriormente arquivados na JUCESP, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, bem como deverão ser entregues, pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do seu efetivo registro.

### CLÁUSULA SEXTA – CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE

#### 6.1. Valor Total da 1ª Série

6.1.1. O valor total da 1ª Série é de R\$310.000.000,00 (trezentos e dez milhões de reais).

#### 6.2. Quantidade de Debêntures da 1ª Série

6.2.1. Serão emitidas 310 (trezentas e dez) Debêntures da 1ª Série.

#### 6.3. Remuneração das Debêntures da 1ª Série

6.3.1. As Debêntures da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *Over Extra-Grupo*, expressas na forma percentual ao ano, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 2,75% (dois inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture da 1ª Série, conforme o caso, desde a Data de Integralização ou da data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o cronograma de pagamento previsto no item 5.16 acima ("Remuneração das Debêntures da 1ª Série"). A Remuneração das Debêntures da 1ª Série deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures da 1ª Série devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtivo da Taxa DI-Over, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

JUCESP  
17 06 13

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n = número total de Taxa DI-Over consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

k = número de ordem da Taxa DI-Over, variando de "1" até "n";

$TDI_k$  = Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

$DI_k$  = Taxa DI-Over, de ordem "k", divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = 2,7500, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data de cálculo, exclusive, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

- (a) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.
- (b) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (c) Efetua-se o produtório dos fatores  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (d) Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

JUCESP  
17 06 13

- (e) O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

#### 6.4. Destinação dos Recursos da 1ª Série

6.4.1. Os recursos líquidos captados pela Emissora com as Debêntures da 1ª Série serão destinados à liquidação parcial das notas promissórias comerciais da 1ª (primeira) emissão da Emissora.

### CLÁUSULA SÉTIMA – CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE

#### 7.1. Valor Total da 2ª Série

7.1.1. O valor total da 2ª Série é de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).

#### 7.2. Quantidade de Debêntures da 2ª Série

7.2.1. Serão emitidas 100 (cem) Debêntures da 2ª Série.

#### 7.3. Remuneração das Debêntures da 2ª Série

7.3.1. As Debêntures da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 2,45% (dois inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture da 2ª Série, conforme o caso, desde a Data de Integralização ou da data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o cronograma de pagamento previsto no item 5.16 acima (“Remuneração das Debêntures da 2ª Série” e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da 1ª Série, “Juros Remuneratórios”). A Remuneração das Debêntures da 2ª Série deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures da 2ª Série devida em cada data de pagamento de Remuneração das Debêntures da 2ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório da Taxa DI-Over, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

DUCE SP  
17 06 13

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n = número total de Taxa DI-Over consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

k = número de ordem da Taxa DI-Over, variando de "1" até "n";

$TDI_k$  = Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

$DI_k$  = Taxa DI-Over, de ordem "k", divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = 2,4500, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data de cálculo, exclusive, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

- (a) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.
- (b) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (c) Efetua-se o produtório dos fatores  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (d) Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

DUCESP  
17 06 13

- (e) O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

7.3.1.1. A Remuneração das Debêntures da 2ª Série será imediatamente alterada para 2,75% (dois inteiros e setenta e cinco por cento) caso a Emissora não cumpra as obrigações especificadas nas alíneas (a), (k), (o), (u), (y) do item 10.1 e do item 7.4.2.1 abaixo, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora, nos termos da RCA.

#### 7.4. Destinação dos Recursos da 2ª Série

7.4.1. Os recursos líquidos captados pela Emissora com as Debêntures da 2ª Série serão destinados exclusivamente e integralmente à compra de leite de produtores rurais, ou seja, diretamente às atividades da Emissora relacionadas ao agronegócio, assim entendidas as atividades relacionadas com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários, conforme disposto na Cláusula Quarta acima.

7.4.1.2. Como comprovação da aplicação dos recursos das Debêntures da 2ª Série, a Emissora se obriga a, além do estabelecido no item 10.1 (a) (xi):

- i) fornecer em base mensal declaração do volume e dos respectivos produtores rurais de recursos aplicado na Destinação de Recursos da 2ª Série estabelecida no item 7.4.1. acima;
- ii) quando solicitado pelo Debenturista e/ou pelo Agente fiduciário, cópia das notas fiscais de compra de insumos conforme disposto no item 7.4.1. acima; e
- iii) outra comprovação da destinação dos recursos da 2ª Série, que venha a ser solicitada pelos Debenturistas.

### CLÁUSULA OITAVA - CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

#### 8.1. Colocação e Procedimento de Distribuição

8.1.1. Nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, da Vigor Alimentos S.A.” (“Contrato de Distribuição”) a ser celebrado entre a Emissora e o Banco Bradesco BBI S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Bradesco BBI” ou “Coordenador Líder”), a Oferta, observado o Plano de Distribuição (conforme abaixo definido), será realizada sob a coordenação do Coordenador Líder, em regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão, observado os procedimentos previstos na Instrução CVM 476.

### CLÁUSULA NONA - VENCIMENTO ANTECIPADO

9.1. Observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.1.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá, se for o caso, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, no Período de Capitalização em questão até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial na ciência da ocorrência das seguintes hipóteses (cada uma, um “Evento de Inadimplemento”):

- (a) (i) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora; (ii) decretação de falência da Emissora



JUCESP  
17 06 13

ou de suas controladas, diretas ou indiretas; (iii) pedido de autofalência formulado pela Emissora ou por suas controladas, diretas ou indiretas; (iv) pedido de falência da Emissora ou de suas controladas, diretas ou indiretas, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (v) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora ou de suas controladas, diretas ou indiretas, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (vi) insolvência da Emissora ou de suas controladas, diretas ou indiretas declarada por decisão judicial transitada em julgado;

(b) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária descrita nesta Escritura de Emissão;

(c) transformação da Emissora de sociedade por ações em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(d) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou de suas controladas e/ou coligadas, em valor unitário ou agregado, igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), no mercado local ou internacional, não sanada no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que se tornarem devidas;

(e) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e/ou no ESA e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária salvo se tal transferência, cessão ou promessa de cessão for previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação;

(f) se houver a cisão, fusão, incorporação, incluindo incorporação de ações, reorganização societária, venda de participação ou qualquer outra operação societária que acarrete em perda do atual controle societário direto ou indireto da Emissora ou por suas controladas, diretas ou indiretas (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), conforme o caso, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação;

(g) se qualquer uma das disposições relevantes desta Escritura de Emissão e/ou do ESA e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária forem declaradas inválidas, nulas ou inexequíveis, por decisão judicial e/ou arbitral a qual não tenha sido concedido efeito suspensivo;

(h) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula Quarta e dos itens 6.4.1 e 7.4.1 acima;

(i) descumprimento, pela FB e pela Emissora, de qualquer de sua respectiva obrigação, nos prazos, termos e condições estabelecidos no ESA;

(j) inadimplemento, pela Emissora ou por suas controladas, diretas ou indiretas (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), de qualquer obrigação pecuniária, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M/FGV, ou seu equivalente em outras moedas, não sanado (i) no prazo previsto no respectivo contrato, se houver ou (ii) caso não haja um prazo de cura específico no respectivo contrato, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis;

(k) redução do capital social da Emissora sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

(l) alteração ou modificação do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, de forma a excluir as atividades principais atuais e/ou de forma a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas, que impliquem na concessão de direito de retirada dos acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;

DUCE SP  
17 06 13

- (m) protesto de títulos contra a Emissora e/ou de suas controladas em valor unitário ou agregado, igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), salvo se: (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora; ou (b) for sustado ou cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados da data de intimação do protesto, o qual será considerado como prazo de cura;
- (n) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelos Debenturistas à Emissora, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica aos demais Eventos de Vencimento Antecipado e às obrigações não pecuniárias para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (o) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer decisão judicial e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso e à qual não tenha sido concedido efeito suspensivo, contra a Emissora que resulte em obrigação de pagamento pela Emissora de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto para as quais tenha sido constituída provisão e desde que tal inadimplemento não seja sanado em um prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados a partir da data de publicação de tal decisão judicial ou da intimação arbitral, conforme aplicável;
- (p) caso as declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e/ou nos demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta, de que seja parte, conforme aplicável, provaram-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas em qualquer aspecto relevante na data em que foram prestadas;
- (q) descumprimento de qualquer obrigação que vier a ser estabelecida no Contrato de Distribuição;
- (r) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, necessárias para o regular exercício das suas atividades;
- (s) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações de emissão da Emissora; criação de quaisquer ônus ou gravames sobre quaisquer ativos, bens, direitos ou receitas (incluindo, sem limitação, recebíveis e contas bancárias) da Emissora, exceto (i) em operações realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e (ii) aqueles já existentes na presente data;
- (t) alienação ou cessão de ativos da Emissora em montante superior a R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (u) caso as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão (i) sejam subordinadas a quaisquer dívidas que venham a ser por ela contraídas, e/ou (ii) não concorram em condições *pari passu* com as demais dívidas garantidas da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- (v) distribuição, pela Emissora, de dividendos ou de juros sobre capital próprio caso a Emissora esteja em mora com relação a quaisquer obrigações financeiras nos termos desta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (w) se a operação societária envolvendo a Emissora e a Itambé não for aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em até 90 (noventa) dias contados da Data de Emissão;

DUCESP  
17 06 13

(x) não observância, pela Emissora, do seguinte índice (“Índice Financeiro”), acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário, a ser calculado pela Emissora e apurado e revisado anualmente pelos auditores contratados pela Emissora, em até 15 (quinze) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras, com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora ao final de cada exercício social, a partir de 31 de dezembro de 2013 e até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures. Caso o Índice Financeiro não seja observado na primeira apuração, qual seja, data base 31 de dezembro de 2013, este deverá ser necessariamente apurado e observado pela Emissora no semestre seguinte (data base 30 de junho de 2014) e acompanhado pelo Agente Fiduciário:

*O índice obtido da divisão da Dívida Líquida Financeira pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) (base consolidada Emissora) não poderá ser superior a (a) no ano de 2013, a 4,00 vezes; (b) no ano de 2014, 3,50 vezes; e (c) a partir do ano de 2015, 3,0 vezes*

Onde:

“Dívida Líquida Financeira” significa a Dívida da Emissora em base de acordo com o resultado contábil mais recente, conforme o caso, menos o caixa e aplicações financeiras.

“Dívida” significa o somatório de (a) todas as obrigações da Emissora por fundos tomados em empréstimo, (b) todas as obrigações da Emissora evidenciadas por títulos, notas, contratos derivativos (e que não sejam celebrados para fim de proteção de flutuação de taxas de juros, moedas, inflação ou preço de energia), ou instrumentos similares; (c) todas as dívidas de terceiros garantidas por (ou em relação a qual o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos pela Emissora, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; (d) todas as obrigações relativas, condicionais ou não, da Emissora na qualidade de parte de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais; e (e) todas as obrigações, condicionais ou não, da Emissora em relação a aceites bancários.

“EBITDA” significa Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização conforme definido na Instrução da CVM n.º 537, de 04 de outubro de 2012;

e

(y) observado o disposto no item 2.2. do ESA, caso, após o aporte de recursos na Emissora decorrente do ESA, no montante de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), o índice de alavancagem financeira da Emissora (Dívida Líquida Financeira/EBITDA), acompanhado semestralmente pelos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a ser calculado pela Emissora, apurado e revisado semestralmente pelos auditores contratados pela Emissora, com base nas informações financeiras da Emissora, ao final de cada semestre, a partir do efetivo exercício do ESA, em até 15 (quinze) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, for superior a 2,50 vezes (base Emissora Controladora).

9.1.1. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas de (a) a (i) do item 9.1. acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

9.1.2. Na ocorrência dos Eventos de Vencimentos Antecipado previstos nas demais alíneas do item 9.1. acima (que não aquelas descritas no item 9.1.1. acima), o Agente Fiduciário deverá, convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento, Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar nos prazos e demais condições descritas na Cláusula Doze abaixo, para deliberar sobre a eventual

DUCE SP  
17 06 13

não decretação de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

9.1.3. Na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 9.1.2. acima, Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, poderão decidir por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, sendo certo que tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável.

9.1.4. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 9.1.2. acima, forem declaradas antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, sendo certo que tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e enviar, imediatamente, carta protocolada ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio à Emissora, com cópia para a CETIP e ao Banco Liquidante da Emissão.

9.1.5. Em caso de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora, obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, no Período de Capitalização em questão até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, conforme aplicável, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada, ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou por telegrama, no endereço constante da Cláusula Catorze desta Escritura de Emissão ou por meio de fax, com confirmação de recebimento enviado ao número constante da Cláusula Doze desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

9.1.6. O resgate das Debêntures de que trata o item 9.1.5. acima, assim como o pagamento de tais Debêntures serão realizados observando-se os procedimentos da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do Escriturador Mandatário, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, observado o prazo disposto no item 9.1.5. acima.

9.1.6.1. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, da realização do referido resgate, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

#### CLÁUSULA DEZ – OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

10.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) Fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - (i) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos 3 (três) primeiros trimestres de cada exercício social, ou em até 5 (cinco) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer por último, observado o disposto no alínea (iii) abaixo, cópia de suas informações trimestrais (ITR) completas relativas ao respectivo trimestre;
  - (ii) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou em até 5 (cinco) Dias Úteis após a sua divulgação, o que ocorrer por último, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado; (2) declaração dos representantes legais da Emissora de que não ocorreu nenhuma das hipóteses de Evento de Inadimplemento previstas no item 9.1. acima, bem como atestando o cumprimento das demais obrigações previstas na Emissão; (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou a sua

DUCESP  
17 06 13

administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora, sendo que esta obrigação não será aplicável a comunicações (a) que não tenham implicação direta relevante sobre as Debêntures; ou (b) nas quais haja dever de sigilo por parte da Emissora; e (4) cópia do relatório do Índice Financeiro apurado e auditado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, com memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para sua obtenção, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

- (iii) caso o Índice Financeiro não seja observado na primeira apuração, (data base 31 de dezembro de 2013), dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término do semestre seguinte (data base 30 de junho de 2014), cópia do relatório do Índice Financeiro apurado e auditado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, com memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para sua obtenção, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (iv) uma vez realizado o aporte de recursos na Emissora decorrente do ESA, no montante de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), dentro de, no máximo, (A) 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada semestre e (B) 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia do relatório do índice de alavancagem financeira da Emissora (Dívida Líquida Financeira/EBITDA) apurado e auditado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, com memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para sua obtenção, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (v) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária e/ou do ESA, conforme aplicável;
- (vi) em até 5 (cinco) Dias Úteis, as informações veiculadas na forma prevista no item 5.24. acima;
- (vii) em até 2 (dois) Dias Úteis, da data em que tiver conhecimento de informações sobre qualquer Evento de Inadimplemento ou descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão;
- (viii) em até 10 (dez) Dias Úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em um Evento de Inadimplemento;
- (ix) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (x) cópia das informações pertinentes à Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), nos prazos ali previstos ou, se não houver, prazo determinado neste Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que forem realizados, sendo que a Emissora ficará dispensada de entregar as cópias das respectivas informações ao Agente Fiduciário quando as disponibilizar à CVM;

DUCESP  
17 DE 13

- (xi) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis após a liquidação das Debêntures, apresentar uma lista enumerando os produtos, insumos ou equipamentos, necessários para a produção, a serem adquiridos com os recursos objeto das Debêntures; e
  - (xii) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis após a liquidação das Debêntures, e em base mensal, até o 5 (quinto) dia útil do mês subsequente, declaração descrevendo a destinação dos recursos oriundos da emissão das Debêntures da 2ª Série, com listagem de faturamento de compras com referência ao endereço de acesso às respectivas notas fiscais no site do Portal das Notas Fiscais Eletrônicas da Secretaria da Fazenda ([www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br)), demonstrando sua vinculação ao agronegócio e, conseqüentemente, ao produtor rural ou suas cooperativas, nos termos do item (ix) acima. Após a liquidação das Debêntures, esta declaração deverá ser encaminhada ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas mensalmente e sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas. O envio do referido orçamento assinado e faturamento de compras previsto acima ao Agente Fiduciário possui caráter meramente informativo, não importando em qualquer obrigação ou responsabilidade deste, em qualquer momento, por qualquer ato, fato ou prejuízo. A Emissora obriga-se, ainda, a manter via original dos documentos referidos nesta alínea, assumindo todas as responsabilidades pela guarda de tais documentos, na condição de fiel depositário, na forma prevista na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
- (b) convocar, nos termos da Cláusula Doze desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com às Debêntures, caso o Agente Fiduciário não o faça;
  - (c) notificar, no primeiro Dia Útil subsequente à data de sua ocorrência, o Agente Fiduciário da convocação, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;
  - (d) informar ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, no primeiro Dia Útil subsequente à data de sua ocorrência;
  - (e) notificar, no primeiro Dia Útil subsequente à data de sua ocorrência, o Agente Fiduciário sobre qualquer evento que tenha, com relação à Emissora, (a) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos seus negócios, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas; (b) qualquer efeito adverso relevante nos seus poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária e/ou do ESA, conforme aplicável, e/ou dos demais documentos que instruem a Emissão e a Oferta, conforme aplicável; e/ou (c) qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo ou envio de notificação, ou ambos, possa resultar em um Evento de Inadimplemento (“Efeito Adverso Relevante”); ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
  - (f) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
  - (g) comparecer a Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
  - (h) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social, com esta Escritura de Emissão, com o Contrato de Alienação Fiduciária e com o ESA, conforme aplicável, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária e do ESA;

JUCESP  
17 06 13

- (i) salvo nos casos em que, de boa-fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (j) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária e do ESA;
- (k) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante da Emissão e Escrirador Mandatário, o Agente Fiduciário e o sistema de negociação de mercado secundário por meio do CETIP21, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures e da Alienação Fiduciária;
- (l) efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (m) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário previamente aprovadas pela Emissora, sempre que possível, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (n) notificar, em até 5 (cinco) Dias Úteis, o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas pela Emissora na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- (o) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 476 e da Instrução CVM 480, conforme aplicável;
- (p) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (q) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (r) arcar com todos os custos decorrentes: (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à realização da Emissão e da Oferta e os atos societários da Emissora; (c) de registro desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, seus eventuais aditamentos, nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária; e (d) das despesas com a contratação do Agente Fiduciário, Banco Liquidante da Emissão e Escrirador Mandatário, e das demais partes envolvidas na realização da Emissão e da Oferta;
- (s) promover registro desta Escritura de Emissão, nos termos do item 2.1.2. acima, e entregar, ao Agente Fiduciário, uma via original da presente Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos, devidamente inscritos na JUCESP, em até 10 (dez) dias corridos da referida inscrição;
- (t) promover registro do Contrato de Alienação Fiduciária, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária, e entregar, ao Agente Fiduciário, uma via original do Contrato de Alienação Fiduciária, e seus eventuais aditamentos, devidamente registrados no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do seu efetivo registro;
- (u) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no

JUCESP  
17 06 13

que for aplicável;

- (v) manter as procurações de que trata a Cláusula Sexta do ESA vigentes até a Data de Vencimento ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures previstas na Cláusula Nona e nos itens 5.18 e 5.15.2.1., inciso V, subitem (j) acima, respectivamente,
- (w) manter alienadas fiduciariamente as Ações Alienadas, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária;
- (x) entregar ao Agente Fiduciário, no Dia Útil subsequente a data de sua celebração, uma cópia da versão assinada do boletim de subscrição das Ações Alienadas; e
- (y) sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476, a Emissora obriga-se a:
  - i. preparar as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
  - ii. submeter as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
  - iii. no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
  - iv. por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados no subitem (iii) acima em sua página na Internet;
  - v. observar as disposições da Instrução CVM 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
  - vi. divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal ato ou fato relevante imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder e à CETIP;
  - vii. fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP; e
  - viii. não realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

10.2. As despesas a que se refere o item 10.1., alínea (m) acima, compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas a Emissora e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;
- (c) despesas de viagem, transporte, estadia e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, desde que sejam devidamente comprovadas;



DUCESP  
17 DE 13

- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (e) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos.

10.2.1. Todas as despesas razoáveis incorridas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

10.2.2. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

#### CLÁUSULA ONZE – AGENTE FIDUCIÁRIO

11.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário desta Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos das normas e legislações aplicáveis e da presente Escritura de Emissão, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas.

11.2. O Agente Fiduciário declara que:

- (a) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica, nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Alienação Fiduciária e no ESA;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, o Contrato de Alienação Fiduciária e o ESA, e todos os seus respectivos termos e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e o Contrato de Alienação Fiduciária e o ESA e a cumprir com suas obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária e do ESA, assim como o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura de Emissão, o Contrato de Alienação Fiduciária e o ESA, conforme aplicável, constituem obrigações lícitas, válidas, eficazes e vinculantes do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- (f) não tem, sob as penas da lei, qualquer impedimento legal para exercer a função que lhe é conferida conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, e artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”);
- (g) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da

JUCESP  
17 06 13

Instrução CVM 28;

- (h) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (i) está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (j) verificou, com base nas informações prestadas pela Emissora, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Alienação Fiduciária e no ESA, conforme aplicável, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento, sendo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente da veracidade das informações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (k) verificará a regularidade da constituição da Alienação Fiduciária, nos termos e prazos previstos no Contrato de Alienação Fiduciária, devendo observar a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária;
- (l) a pessoa que representa o Agente Fiduciário na assinatura desta Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária e do ESA tem poderes bastantes para tanto; e
- (m) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviço de agente fiduciário na 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, em até três séries, para distribuição pública, da JBS S.A. ("2ª Emissão da JBS"), com vencimento em 15 de julho de 2018 para a 1ª e 2ª séries, e em 15 de julho de 2020 para a 3ª série, em que serão emitidas, inicialmente, até 500.000 (quinhentas mil) debêntures, na data de emissão, com valor nominal unitário de R\$1.000 (um mil reais), no valor total de, inicialmente, até R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da JBS não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão da 2ª Emissão da JBS.

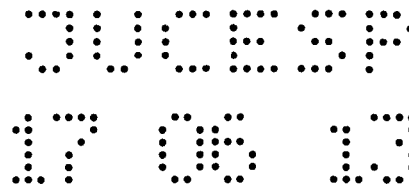
11.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de seus eventuais aditamentos relativos à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária e do ESA inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária e do ESA sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

11.3.1. A remuneração prevista no item 11.4. abaixo será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

11.4. Serão devidos, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a uma remuneração de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), em parcelas anuais, sendo primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura desta Escritura de Emissão, e os demais na mesma data dos anos subsequentes.

11.4.1. As parcelas referentes ao item 11.4 acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M/FGV, a partir da data de assinatura desta Escritura, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela referida no item 11.4 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada pro rata die se necessário.

11.4.2. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre



serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); e (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes na data do efetivo pagamento.

11.4.3. A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, despesas com *conference calls*, contatos telefônicos, viagens, alimentação e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

11.4.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

11.4.5. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

11.4.6. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

11.4.7. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Alienação Fiduciária e no ESA, somente serão válidas mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

11.4.8. Nenhuma atribuição ou obrigação tácita será interpretada nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Alienação Fiduciária e no ESA contra o Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário não será obrigado e/ou vinculado pelas disposições de qualquer outro contrato no qual o Agente Fiduciário não figure como parte e/ou interveniente.

11.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Alienação Fiduciária e no ESA, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos na JUCESP e do Contrato de Alienação Fiduciária nos Cartórios de Registro de

DUCEP  
17 06 13

Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura nela existente, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;

- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula Doze abaixo;
- (j) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações abaixo, sem prejuízo das demais exigíveis pela Instrução CVM 28. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar o organograma e todos os dados financeiros, desde que estes dados sejam públicos, e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, devendo ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na alínea (l) abaixo. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
  - i. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
  - iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - iv. posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
  - v. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Alienação Fiduciária e no ESA, conforme aplicável;
  - vi. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão;
  - vii. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme disposto na Cláusula Quarta e nos itens 6.4.1 e 7.4.1 acima, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

DUCEP  
17 06 13

- viii. resgate e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas das Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - ix. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens I a 7, da Instrução CVM 28; e
  - x. relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) acima aos Debenturistas dentro dos 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a. na sede da Emissora;
  - b. na sede do Agente Fiduciário;
  - c. na CVM;
  - d. na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, caso as Debêntures venham a ser negociadas neste ambiente;
  - e. na CETIP; e
  - f. na sede do Coordenador Líder.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos termos do item 5.24. acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (l) acima;
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante da Emissão e Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autoriza, desde já, o Banco Liquidante da Emissão e Escriturador Mandatário atender quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição das Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária e no ESA e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 5.24. acima, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária e no ESA, conforme aplicável, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações, sendo certo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à Emissora, à CVM e à CETIP;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;

DUCEP  
17 06 13

- (r) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (s) divulgar as informações referidas na alínea (k), inciso x acima, em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento;
- (t) disponibilizar aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou *website*, o valor unitário das Debêntures calculado pela Emissora;
- (u) verificar a regularidade da constituição da Alienação Fiduciária e dos valores dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária;
- (v) intimar a Emissora a reforçar a Alienação Fiduciária na hipótese de sua deterioração ou depreciação, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária;
- (w) verificar, quando da convolação das Debêntures, a regularidade da constituição da Alienação Fiduciária, bem como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e
- (x) fiscalizar a destinação dos recursos, conforme declaração, orçamento e notas fiscais apresentadas.

11.6. No caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária e/ou no ESA, conforme aplicável, não sanado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária e/ou no ESA, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- (a) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) observadas as disposições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária executar a Alienação Fiduciária, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, aos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

11.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto nesta Cláusula Onze, conforme aplicável, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) do item 11.6. acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar, nos termos do disposto nesta Cláusula Onze, conforme aplicável, por deliberação da unanimidade de titulares das Debêntures em Circulação. Na hipótese da alínea (d) do item 11.6. acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

11.6.2. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

11.6.3. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade

DUCE SP  
17 05 13

ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações desta Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária, do ESA, conforme aplicável, e dos demais documentos da operação, exceto por aqueles já previstos na presente Escritura de Emissão.

11.7. Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- i. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- ii. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, ao Contrato de Alienação Fiduciária e ao ESA, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para esse fim;
- iii. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- iv. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- v. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- vi. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- vii. o Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso iv acima; ou (b) a Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso iv acima não delibere sobre a matéria;
- viii. o Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas, nos termos dos itens 5.24. acima e 14.1. abaixo; e
- ix. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

#### CLÁUSULA DOZE – ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

12.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”).

DUCE SP  
17 DE 13

12.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

12.2.1. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos do item 5.24. acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.

12.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

12.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá a um Debenturista escolhido pelo Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

12.4. A primeira convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas deverá ser realizada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos de sua realização.

12.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias corridos após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

12.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

12.6. Cada Debênture em Circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações serão tomadas pelos Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários para representação nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

12.7. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Emissora; (ii) a qualquer controladora, direta ou indireta, da Emissora, a qualquer controlada ou a qualquer coligada da Emissora; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

12.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora.

12.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

12.10. As deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas para aprovação dos poderes a serem outorgados ao Agente Fiduciário, nos termos do ESA, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

12.11. Exceto pelo disposto no item 12.12. abaixo e se de outra forma estabelecido nesta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

12.12. Não estão incluídos no quórum a que se refere o item 12.11. acima:



DUCE SP  
17 DE 13

- (i) os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- (ii) as alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, como por exemplo, (i) os Juros Remuneratórios, exceto pelo disposto no item 5.15.2.1., inciso II, acima, (ii) a data de pagamento da Remuneração, (iii) o prazo de vencimento das Debêntures, (iv) os valores e data de amortização do principal das Debêntures, (v) os Eventos de Vencimento Antecipado, incluindo, mas não se limitando ao Índice Financeiro, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; e/ou (vii) a alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Cláusula Doze, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

12.13. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão, serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

### CLÁUSULA TREZE – DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

13.1. A Emissora neste ato declara e garante que:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária e do ESA, e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas, conforme aplicáveis, e à realização da Emissão e da Oferta, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária e do ESA, e o cumprimento integral de todas as obrigações, principais e acessórias, aqui e ali previstas, conforme aplicáveis, não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) esta Escritura de Emissão, o Contrato de Alienação Fiduciária, o ESA e as obrigações aqui e ali previstas constituem, conforme aplicáveis, obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes (observado o disposto no Contrato de Alienação Fiduciária, com relação à eficácia da Alienação Fiduciária) da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (v) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão, o Contrato de Alienação Fiduciária e o ESA, têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (vi) a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária, do ESA e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas, conforme aplicáveis, e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o Estatuto Social da Emissora; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito, conforme aplicável; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo da Emissora, exceto pela Alienação Fiduciária; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Emissora e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito, conforme aplicável; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou qualquer de seus ativos, conforme aplicável;

JUCESP  
17 05 13

- (vii) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, conforme aplicável, e não ocorreu e não está ocorrendo qualquer Evento de Inadimplemento;
- (viii) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações relevantes delas decorrentes;
- (ix) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante;
- (x) possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, aplicáveis ao regular exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja falta não tenha um Efeito Adverso Relevante;
- (xi) exceto pelas contingências informadas no Formulário de Referência da Emissora, elaborado pela Emissora em conformidade com a Instrução da CVM 480, nas suas respectivas datas, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar um qualquer Efeito Adverso Relevante (a) na situação (financeira ou de outra natureza) da Emissora, nos seus negócios, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas; e/ou (b) nos seus poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer de suas obrigações (pecuniárias ou não) nos termos desta Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária ou do ESA, conforme aplicável;
- (xii) salvo por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das suas atividades;
- (xiii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento integral, pela Emissora, de todas as suas obrigações, conforme aplicável, nos termos desta Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária e do ESA, ou para a realização da Emissão e da Oferta, exceto (i) pelo arquivamento da ata da AGE e da RCA na JUCESP; (ii) pela inscrição desta Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos, na JUCESP; e (iii) pelo registro do Contrato de Alienação Fiduciária e seus eventuais aditamentos nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; e (iv) o registro das Debêntures na CETIP, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xiv) as demonstrações financeiras e informações trimestrais da Emissora disponíveis representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (xv) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu quaisquer alterações significativas que tenha um Efeito Adverso Relevante;
- (xvi) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios foi determinada por sua livre vontade;

DUCE SP  
17 05 13

- (xvii) cumprirá integralmente com todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, e à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula Quarta e dos itens 6.4.1 e 7.4.1 acima, do Contrato de Alienação Fiduciária e do ESA, conforme aplicável;
- (xviii) as informações prestadas pela Emissora são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Debêntures;
- (xix) a Emissora não realizará outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xx) o seu registro de companhia aberta está atualizado perante a CVM;
- (xxi) realiza a atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos e insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária, nos termos da Cláusula Terceira acima;
- (xxii) os recursos da 2ª Série serão empregados nas atividades desenvolvidas pelos produtores rurais conforme o item 7.4.1. acima;
- (xxiii) seu objeto social e, inclusive, a sua atividade rural, para todos os fins e efeitos tributários, está enquadrada nos termos do artigo 2º, da Instrução Normativa SRF nº 257, de 11 de dezembro de 2002, na qual a Receita Federal define o que é atividade rural para fins fiscais; e
- (xxiv) que os recursos obtidos com a 2ª Série serão integralmente destinados às atividades relacionadas com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários, conforme disposto na Cláusula 7.4.1. acima.

13.1.2 A Emissora declara, ainda (i) não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça de exercer, plenamente, suas funções conforme descritas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária e na Instrução CVM 28; (ii) ter ciência de todas as disposições da Instrução CVM 28 a serem cumpridas pelo Agente Fiduciário; (iii) que cumprirá todas as determinações do Agente Fiduciário vinculadas ao cumprimento das disposições previstas naquela Instrução; e (iv) não existir nenhum impedimento legal, contratual ou acordo de acionistas que impeça a presente Emissão.

#### CLÁUSULA CATORZE – NOTIFICAÇÕES

14.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:

**VIGOR ALIMENTOS S.A.**

Rua Joaquim Carlos, 396, 1º andar

São Paulo - SP

CEP 3019-900

At.: Sr. Maurício Leonardo Hasson

Tel.: (11) 2799 5817

Fax: (11) 2292 9234

e-mail: mauricio.hasson@vigor.com.br

JUCESP  
17 05 13

(ii) Para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514

CEP 22640-102, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

e-mail: middle@pentagonotruster.com.br / backoffice@pentagonotruster.com.br

(iii) Para o Banco Liquidante da Emissão e Escriturador Mandatário:

**BANCO BRADESCO S.A.**

Departamento de Ações e Custódia – DAC

Av. Yara, S/N - Cidade de Deus - Prédio Amarelo – 2º Andar

CEP 06029-900, Osasco – SP

Tel.: (11) 3684-7911

Fax: (11) 3684-2714

At.: Sr. João Batista de Souza

Email: 4010.jbsouza@bradesco.com.br

(iv) Para a CETIP:

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP: 01.452-001, São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

Email: valores.mobiliarios@cetip.com.br

(v) Para a CVM:

**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM**

Rua Sete de Setembro, nº 111, 2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares – Centro

CEP 20050-901, Rio de Janeiro, RJ

At.: Superintendência de Registro de Valores Mobiliários – SRE

Tel: (21) 3554-8583

Fax: (21) 3554-8356

Email: sre@cvm.gov.br

(vi) Para o Coordenador Líder:

**BANCO BRADESCO BBI S.A.**

Av. Paulista, nº 1450, 8º andar

CEP 01310-917, São Paulo, SP

At.: Leandro de Miranda Araújo

Tel: (11) 2178-4800

Fax: (11) 2178-4880

Email: leandro.miranda@bradescobbi.com.br

14.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio,

JUL 17 06 13

desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

#### CLÁUSULA QUINZE – DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

15.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

15.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

15.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

15.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

15.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

15.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA DEZESSEIS – FORO

16.1. Fica eleito o foro central da Comarca da Capital da Cidade de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

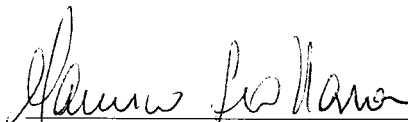
E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário, em 2 (duas) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 29 de maio de 2013.

DUCESP  
17 06 13

[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Vigor Alimentos S.A.]

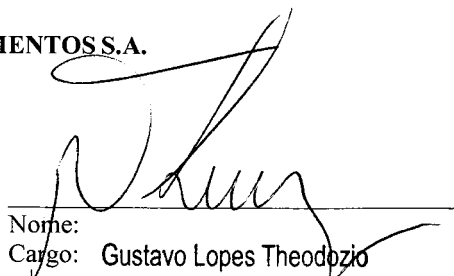
**VIGOR ALIMENTOS S.A.**



Nome:

Cargo:

**Mauricio L. Hasson**  
Diretor Financeiro e  
Relações com Investidores



Nome:


Cargo:

**Gustavo Lopes Theodoro**  
Diretor de Administração  
e Controle

DUCESP  
17 06 13

[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Vigor Alimentos S.A.]


PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

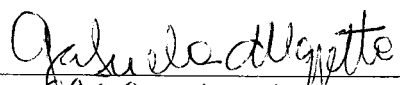
Nome:  Silas Santos de Amorim  
Cargo: Procurador

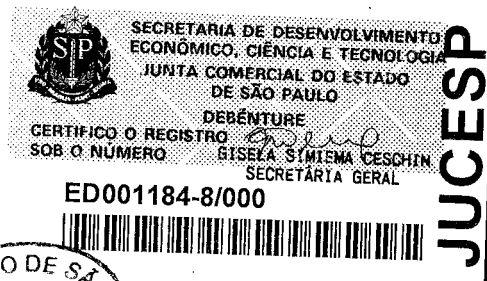
JUCESP  
17 06 13

[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Vigor Alimentos S.A.]

Testemunhas

  
Nome: ODEIO RODARTE PIRES DA SILVA  
CPF: 037.044.456-40  
R.G: 10.010.769

  
Nome: GABRIELA MATOS  
CPF: 312.072.762-23  
R.G: 436.444.912





DUCESP  
17 06 13

ANEXO I

MODELO DE ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO

\*\*\*\*

[●] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA VIGOR ALIMENTOS S.A.

ENTRE

VIGOR ALIMENTOS S.A.  
*EMISSORA*

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
*AGENTE FIDUCIÁRIO*

\_\_\_\_\_  
DATADA DE  
[] DE [] DE []  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

JUCESP  
17 06 13

**[●] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA VIGOR ALIMENTOS S.A.**

Pelo presente “[●] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Vigor Alimentos S.A.” (“[●] Aditamento”):

como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão (“Debêntures”):

- I. **VIGOR ALIMENTOS S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Rua Joaquim Carlos, 396, 1º andar, Brás, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 13.324.184/0001-97, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (“Emissora”); e

como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures (“Debenturistas” e, individualmente, “Debenturista”):

- II. **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”).

**CONSIDERANDO QUE:**

- I. a emissão foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de maio de 2013 (“AGE”) e em reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 29 de maio de 2013, cujas atas foram devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) em [●] de junho de 2013, sob o nº[●] e em [●] de junho de 2013, sob o [●], respectivamente, e publicadas, no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e (ii) no jornal “O Estado de São Paulo” em [●] de [●] de 2013, conforme disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações;
- II. as Partes celebraram, em 29 de maio de 2013, o “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Vigor Alimentos S.A.” (“Escritura de Emissão”);
- III. as condições mencionadas no item 5.25.2 da Escritura de Emissão foram implementadas e, considerando a disposição do 5.11.2. da Escritura de Emissão, as Partes decidiram celebrar o presente [●] Aditamento para alterar determinados termos e condições da Escritura de Emissão, nos termos aqui dispostos.

**RESOLVEM** as partes por esta e na melhor forma de direito firmar o presente [●] Aditamento, que será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

Os termos utilizados neste [●] Aditamento, iniciados em letras maiúsculas, que estejam no singular ou no plural e que não sejam definidos de outra forma neste [●] Aditamento, terão os significados que lhes são atribuídos na Escritura de Emissão.

JUCESP  
17 06 13

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – AUTORIZAÇÃO E REQUISITOS

1.1. O presente [●] Aditamento é celebrado com base na AGE e da RCA e nos itens 5.11.2.1. e 5.28.1 da Escritura de Emissão, não sendo necessária a realização de Assembleia Geral de debenturistas e/ou de assembleia geral extraordinária da Emissora para sua realização.

1.2. Nos termos do item 5.28.2 da Escritura de Emissão, este [●] Aditamento será arquivado na JUCESP, observado o disposto no artigo 62, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITAMENTO

2.1. As partes resolvem excluir o item 1.2. da Escritura de Emissão.

2.2. As Partes resolvem alterar o item 2.1.2. da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“2.1.2. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais Aditamentos (conforme abaixo definidos) serão inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.”*

2.3. As Partes resolvem alterar o item 5.11.1 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“5.11.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.”*

2.4. As Partes resolvem alterar o item 5.25.1 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“5.25.1. **Alienação Fiduciária de Ações.** As Debêntures contarão com a seguinte garantia real: alienação fiduciária de ações ordinárias de emissão da Itambé Alimentos S.A. (“Ações Alienadas” e “Itambé”, respectivamente), nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças”, a ser celebrado pela Emissora e o Agente Fiduciário, na forma do Anexo 2 a presente Escritura de Emissão (“Contrato de Alienação Fiduciária”), correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do capital social da Itambé, assim como todos os direitos políticos e econômicos a estas inerentes (“Alienação Fiduciária”). Os demais termos e condições da Alienação Fiduciária encontrar-se-ão expressamente previstos no Contrato de Alienação Fiduciária.*

2.5. Ainda, por meio deste Aditamento, as Partes resolvem excluir os itens 5.11.2., 5.11.2.1., 5.11.2.2., e 5.25.2. e 5.25.3. da Escritura de Emissão.

2.6. Por fim, as Partes concordam com a substituição da nomenclatura “quirografia” por “com garantia real” no corpo da Escritura de Emissão, conforme aplicável.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes do presente [●] Aditamento. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora neste [●] Aditamento ou precedente no tocante a qualquer outro

DUCESP  
17 06 13

inadimplemento ou atraso.

3.2. O presente [●] Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

3.3. Caso qualquer das disposições deste [●] Aditamento venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

3.4. O presente [●] Aditamento constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

#### CLÁUSULA QUARTA – LEI E FORO

4.1. Este [●] Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil. Fica eleito o foro central da Comarca da Capital da Cidade de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões porventura oriundas deste [●] Aditamento.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente [●] Aditamento a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

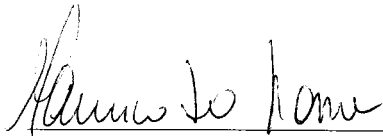
São Paulo, [●] de [●] de 2013.

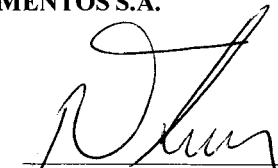
[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

DUCEAP  
17 06 13

[Página de assinaturas do [●] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Vigor Alimentos S.A.]

**VIGOR ALIMENTOS S.A.**


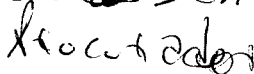
  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: **Mauricio L. Hasson**  
**Diretor Financeiro e**  
**Relações com Investidores**

  
Nome: **Gustavo Lopes Theodoro**  
Cargo: **Diretor de Administração**  
**e Controle**

DUCESP  
17 06 13

[Página de assinaturas do [●] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Vigor Alimentos S.A.]


PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

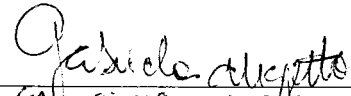
Nome:  Silas Santos de Amorim  
Cargo:  Representador

DUCE SP  
17 05 13

[Página de assinaturas do [•] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Vigor Alimentos S.A.]

**Testemunhas**

  
Nome: ODILIO ROBERTO PROVENZANO  
CPF: 037 046 456-60  
R.G: 10 610.769

  
Nome: GABRIELA UAIETTO  
CPF: 34007208-23  
R.G: 43614949-7

DUCE SP  
17 06 13

ANEXO II

**Instrumento Particular de Contrato de  
Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças**

São partes neste “Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças” (“Contrato”):

como alienante:

- (1) **VIGOR ALIMENTOS S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Rua Joaquim Carlos, 396, 1º andar, Brás, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 13.324.184/0001-97, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (“Alienante”); e

como representante e em benefício dos outorgados da garantia fiduciária, os titulares das Debêntures (conforme abaixo definida) (“Debenturistas”):

- (2) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente de Garantia” ou “Agente Fiduciário” e, em conjunto com a Alienante, “Partes” ou, individualmente, “Parte”).

Os termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste Contrato que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Vigor Alimentos S.A.”, celebrado em 29 de maio de 2013, entre a Alienante e o Agente de Garantia (“Escritura de Emissão”), conforme aditado, em [●] de [●] de 2013, pelo “[●] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Vigor Alimentos S.A.”, que são parte integrante, complementar e inseparável deste Contrato.

**considerando que:**

- (A) a Alienante, por meio da Escritura de Emissão, emitiu 410 (quatrocentas e dez) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em duas séries, sendo (i) 310 (trezentas e dez) Debêntures da primeira série (“Debêntures da 1ª Série”); (ii) 100 (cem) Debêntures da segunda série (“Debêntures da 2ª Série” e, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, “Debêntures”), com valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de Reais) (“Valor Nominal Unitário”), perfazendo o montante total de R\$410.000.000,00 (quatrocentos e dez milhões de reais) (“Valor Total da Emissão”), sendo (i) R\$310.000.000,00 (trezentos e dez milhões de reais) referentes às Debêntures da 1ª Série (“1ª Série”); e (ii) R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) referentes às Debêntures da 2ª Série (“2ª Série”), as quais foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Oferta”);



DUCE SP  
17 05 13

- (B) a Alienante é titular das ações ordinárias de emissão da Itambé Alimentos S.A. (“Ações” e “Itambé”, respectivamente), correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do capital social da Itambé;
- (C) nos termos da Cláusula Quarta da Escritura de Emissão, a Alienante se comprometeu a destinar os recursos líquidos que serão auferidos na Emissão: (i) no caso, da 1ª Série, à liquidação parcial das notas promissórias comerciais da 1ª (primeira) emissão da Alienante; e (ii) no caso da 2ª Serie, exclusivamente e integralmente à compra de leite de produtores rurais, ou seja, diretamente às atividades da Alienante relacionadas ao agronegócio, assim entendidas as atividades relacionadas com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários; e
- (D) nos termos do item 5.25.1.1. da Escritura de Emissão, a Alienante, em garantia do integral e pontual cumprimento de todas as Obrigações Garantidas (conforme abaixo definidas), obrigou-se a alienar fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, a totalidade das Ações, assim como todos os direitos políticos e econômicos a estas inerentes (conforme relacionados no item 1.1.2), observado, conforme aplicável, o disposto no item 1.2.2 e na Cláusula 9 abaixo.

resolvem celebrar este Contrato, o qual será regido pelos seguintes termos e condições:

## **1 Alienação Fiduciária de Ações**

- 1.1** Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as Obrigações Garantidas (conforme abaixo definidas), a Alienante, por este Contrato e na melhor forma de direito, em caráter irrevogável e irretratável, aliena fiduciariamente em favor dos Debenturistas, nos termos dos Artigos 40, 100 e 113 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), do artigo 66-B da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, do artigo 1.361 e seguintes do Código Civil e dos Artigos 18 a 20 da Lei 9.514/97 (“Alienação Fiduciária”):

**1.1.1** [●] ([●]) Ações de sua titularidade, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, gravames, direitos e opções, compromisso à venda, outorga de opção, fideicomisso, uso, usufruto, cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, preferência ou prioridade, garantias reais (excetuando-se a Alienação Fiduciária, nos termos do presente Contrato) e quaisquer feitos ajuizados, fundados em ações reais ou pessoais reipersecutórias, de qualquer natureza, inclusive por atos involuntários (em conjunto, “Ônus”), salvo os Ônus criados neste Contrato, representativas, de 50% (cinquenta por cento) do capital social da Itambé (“Ações Alienadas”); e

**1.1.2** todos os direitos políticos (incluindo o direito de voto, nos termos da Cláusula 8 abaixo, e incluindo, sem limitação, direito de veto, deliberações em geral, convocação de assembleias, etc.) e econômicos (incluindo, sem limitação, direitos ao recebimento de lucros, dividendos, juros sobre capital, rendimentos, distribuições, bônus e quaisquer outros que possam ser creditados, pagos, distribuídos ou de outra forma entregues, a qualquer título, à Alienante relativamente às Ações Alienadas, bem como quaisquer ativos ou direitos nos quais as Ações Alienadas sejam ou venham a ser convertidas a qualquer momento) oriundos das Ações Alienadas (“Direitos Relacionados às Ações Alienadas”).

- 1.2** Fica desde já certo e ajustado que:

**1.2.1** este Contrato entrará em vigor e será válido a partir da data de sua celebração;

DUCE SP  
17 06 13

- 1.2.2 não obstante o disposto no 1.1.2 acima, a Alienante continuará a exercer livremente os Direitos Relacionados às Ações Alienadas, salvo na hipótese de inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão e/ou de decretação de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, este último nos termos da Cláusula Nona da Escritura de Emissão.
- 1.2.3 Observado o disposto no item 1.2.2. acima, o direito de voto e os pagamentos relativos aos Direitos Relacionados às Ações Alienadas obedecerão, respectivamente, o disposto na Cláusula 8 e na Cláusula 9 abaixo, conforme aplicável.
- 1.3 A Alienação Fiduciária permanecerá íntegra e em pleno vigor até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas.
- 1.4 Para os fins deste Contrato e do Artigo 1.362 do Código Civil “Obrigações Garantidas” significam (a) as obrigações relativas ao integral e pontual pagamento do Valor Total da Emissão, dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido), dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), dos demais encargos relativos às Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas e dos demais encargos relativos à Escritura de Emissão, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento (conforme abaixo definido), ou em virtude do resgate antecipado das Debêntures ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão; (b) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Alienante nos Documentos das Obrigações, conforme aplicável; e (c) as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário venham a desembolsar no âmbito da Emissão e/ou em virtude da constituição, manutenção e/ou realização da Alienação Fiduciária e/ou do “Instrumento de Suporte Financeiro e outras Avenças” (“Equity Support Agreement” ou “ESA”).
- 1.5 Para os fins deste Contrato, “Documentos das Obrigações” significam (i) a Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos (ii) o ESA e seus eventuais aditamentos; (iii) este Contrato e seus eventuais aditamentos.
- 1.6 Observado o disposto no item 1.4 acima, as principais características das Obrigações Garantidas são as seguintes:
- 1.6.1 **Valor Total da Emissão:** R\$410.000.000,00 (quatrocentos e dez milhões de reais), sendo (i) R\$310.000.000,00 (trezentos e dez milhões de reais) referentes às Debêntures da 1ª Série; (ii) R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) referentes às Debêntures da 2ª Série;
- 1.6.2 **Data de Emissão:** 26 de abril de 2013 (“Data de Emissão”);
- 1.6.3 **Prazo e Data de Vencimento:** as Debêntures terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos, contados a Data de Emissão vencendo-se, portanto, em 26 de abril de 2020 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a serem previstas na Escritura de Emissão;
- 1.6.4 **Juros Remuneratórios:** as Debêntures da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *Over Extra-Grupo*, expressas na forma percentual ao ano, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. – Mercados

CETIP  
17 06 13

Organizados (“CETIP”) no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de uma sobretaxa de 2,75% (dois inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture da 1ª Série, conforme o caso, desde a Data de Integralização ou da data de vencimento do último Período de Capitalização (definido na Escritura de Emissão), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o cronograma de pagamento previsto na Escritura de Emissão (“Remuneração das Debêntures da 1ª Série”). As Debêntures da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 2,45% (dois inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture da 2ª Série, conforme o caso, desde a Data de Integralização ou da data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o cronograma de pagamento previsto na Escritura de Emissão (“Remuneração das Debêntures da 2ª Série” e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da 1ª Série, “Juros Remuneratórios”);

1.6.5 **Encargos Moratórios:** juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, “Encargos Moratórios”); e

1.6.6 **Local de Pagamento:** os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP (CETIP21); ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no Módulo CETIP21– Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP: (a) na sede do Banco Liquidante da Emissão (conforme definida na Escritura de Emissão); ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

## 2 Registro e Formalização da Alienação Fiduciária

2.1 Como parte do processo de constituição da Alienação Fiduciária, a Alienante obriga-se a, às suas expensas: no prazo de até 20 (dez) dias contados da data de celebração deste Contrato ou contados da data de celebração de qualquer aditamento a este Contrato, requerer o registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sendo que uma via original, devidamente registrada nos referidos cartórios deverá ser entregue, pela Alienante ao Agente de Garantia, em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do seu efetivo registro;

2.1.2 ocorrendo o evento previsto no item 1.3 acima, o Agente de Garantia deverá, no prazo de até 1 (um) Dia Útil da data em que ocorrer tal evento, enviar à Alienante termo de quitação e exoneração para: (i) atestar o término de pleno direito deste Contrato, e (ii) autorizar a

JUL 17 06 13

Alienante a registrar a liberação da Alienação Fiduciária, por meio de averbação nesse sentido, nos cartórios de registro de títulos e documentos a que se refere o item 2.1.1., acima;

2.1.3 no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da celebração deste Contrato e seus eventuais aditamentos:

- (i) providenciar o arquivamento deste Contrato, e seus eventuais aditamentos, na sede social da Itambé;
- (ii) averbar a Alienação Fiduciária nos respectivos livros de registro de ações nominativas da Itambé e/ou inclusão do referido Ônus no extrato emitido pelas instituições prestadoras de serviços de ações escriturais e/ou custodiantes das Ações Alienadas, conforme aplicável, de acordo com o Artigo 40 da Lei das Sociedades por Ações, substancialmente nos termos estabelecidos a seguir: *“Nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças”, celebrado em [●] de [●] de 2013 (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações”) e arquivado na sede social da Itambé Alimentos S.A. (“Companhia”), foram alienadas fiduciariamente em garantia, [●] ([●]) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Vigor Alimentos S.A., assim como todos os direitos políticos e econômicos a estas inerentes, os quais serão exclusivos da Vigor Alimentos S.A., salvo na hipótese de inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista no Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Vigor Alimentos S.A., conforme aditado pelo “[●] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Vigor Alimentos S.A. para distribuição pública com esforços restritos de colocação e/ou de decretação de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das referidas debêntures, em favor dos seus titulares, representados pelo agente fiduciário da referida emissão, em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações pecuniárias decorrentes da referida escritura de emissão”;* e
- (iii) entregar ao Agente de Garantia (ou a quem este indicar por escrito) extrato de conta de depósito emitido pelo(s) terceiro(s) depositário(s) das Ações Alienadas e/ou cópia autenticada da página do livro de registro de ações nominativas da Itambé, conforme aplicável, atestando o cumprimento da formalidade estabelecida na alínea (a) acima, e que as Ações Alienadas e os Direitos Relacionados às Ações Alienadas não se encontram sujeitos a quaisquer ônus e restrições, exceto pela Alienação Fiduciária.

2.2 Fica desde já estabelecido que, para os efeitos da presente Alienação Fiduciária, a Alienante deterá a posse direta das Ações Alienadas, sendo certo que a propriedade fiduciária e pose indireta das Ações Alienadas serão detidas pelos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário.

2.3 Caso a Alienante e/ou os terceiros depositários das Ações Alienadas, conforme aplicável, não realizem os registros, protocolos e demais formalidades acima referidas, conforme aplicável, fica desde já o Agente de Garantia autorizado a procedê-los ou tomar quaisquer providências que entender

DUCE SP  
17 06 13

necessárias à realização dos registros, protocolos e demais formalidades acima referidas, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, caso em que a Alienante deverá reembolsar prontamente o Agente de Garantia por todas as despesas por este incorridas relacionadas com tais registros, protocolos e demais formalidades, desde que referidas despesas sejam devidamente comprovadas. O eventual registro do presente Contrato efetuado pelo Agente Fiduciário não isenta o descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, nos termos da Cláusula 9.1 inciso (n) da Escritura de Emissão.

- 2.4 Caso ocorram alterações nos termos e condições das Obrigações Garantidas, o presente Contrato deverá ser aditado, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da data de tais alterações, a fim de refletir os novos termos e condições das Obrigações Garantidas. Tal aditamento deverá ser aperfeiçoado nos termos do item 2.1 acima.

### 3 Substituição ou Reforço de Garantia

- 3.1 Em conformidade com o Artigo 1.425, incisos I, IV e V do Código Civil, na hipótese das Ações Alienadas virem a ser objeto de penhora, arresto, ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar, ou tornar-se insuficiente, inábil, imprópria ou imprestável ao fim a que se destina ("Evento de Substituição ou Reforço"), a critério dos Debenturistas, representados pelo Agente de Garantia, a Alienante fica obrigada a substituí-las ou reforçá-las, conforme o caso, de modo a recompor integralmente a Alienação Fiduciária ("Substituição ou Reforço de Garantia"), no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que o Agente de Garantia tiver informado a Alienante sobre a necessidade de Substituição ou Reforço de Garantia e/ou do recebimento, pela Alienante, de comunicação escrita informando-a da ocorrência de Evento de Substituição ou Reforço de Garantia, o que ocorrer primeiro. A Alienante obriga-se a informar, em até 5 (cinco) Dias Úteis, ao Agente de Garantia sobre a ocorrência de qualquer Evento de Substituição ou Reforço de que tenha conhecimento. A Substituição ou Reforço de Garantia deverá ser constituído através da alienação fiduciária de outros ativos, de natureza igual ou diversa das Ações Alienadas, desde que previamente aceitos pelo Agente de Garantia, depois de ouvidos os Debenturistas ("Outros Ativos"). A Substituição ou Reforço de Garantia ora prestado somente será considerado concluído após o cumprimento de todas as formalidades e a realização de todos os atos necessários para a devida constituição e validade contra terceiros da Substituição ou Reforço de Garantia, conforme aplicável. No caso de Substituição ou Reforço de Garantia não ser aceito pelos Debenturistas mediante deliberação por maioria dos Debenturistas presentes em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, a Alienante terá o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis para apresentar nova Substituição ou Reforço de Garantia, sendo que, transcorrido tal prazo, as Obrigações Garantidas serão consideradas antecipadamente vencidas e poderão ser tomadas, sem limitação, as medidas referidas na Cláusula Sexta do presente Contrato.

### 4 Declarações e Garantias

- 4.1 A Alienante, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, e como condições e causas essenciais para a celebração do presente Contrato, declara e garante que:

- 4.1.1 é uma sociedade por ações devidamente constituída e com registro de companhia aberta perante a CVM, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem

DUCE SP  
17 06 13

como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social, nos termos do seu Estatuto Social;

- 4.1.2 o seu registro de companhia aberta está atualizado perante a CVM;
- 4.1.3 está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração deste Contrato e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- 4.1.4 a celebração deste Contrato e o cumprimento integral de todas as obrigações, principais e acessórias, aqui previstas não infringem (i) qualquer disposição do Estatuto Social da Alienante; (ii) as normas legais e regulamentares a que a Alienante e/ou seus bens (incluindo as Ações Alienadas) estejam sujeitos; e/ou (iii) quaisquer contratos, acordos, autorizações governamentais ou compromissos obrigacionais que a Alienante estejam vinculadas;
- 4.1.5 este Contrato e a Escritura de Emissão, conforme aditada, e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Alienante, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- 4.1.6 os representantes legais da Alienante que assinam este Contrato têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Alienante, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- 4.1.7 é a única e legítima titular, beneficiária e proprietária das Ações Alienadas e dos direitos políticos e econômicos delas decorrentes e as Ações Alienadas encontram-se livres e desembaraçadas de quaisquer Ônus não existindo contra a Alienante qualquer ação ou procedimento judicial, administrativo ou fiscal que possa, ainda que indiretamente, prejudicar ou invalidar as Ações Alienadas;
- 4.1.8 exceto pelo registro deste Contrato e da Alienação Fiduciária nos termos da Cláusula 2, acima, nenhuma aprovação, autorização, consentimento, ordem, registro ou habilitação de ou perante qualquer tribunal ou outro órgão ou agência governamental ou de qualquer terceiro se faz necessária à celebração e ao cumprimento deste Contrato;
- 4.1.9 não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou qualquer contestação, independentemente de quem seja o autor, visando anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer forma, afetar adversamente as obrigações assumidas neste Contrato; e
- 4.1.10 não existem outros contratos ou quaisquer outros direitos ou reivindicações de qualquer natureza relacionados à emissão, aquisição, recompra, resgate, cessão, direito de voto ou direito de preferência com relação a quaisquer das Ações Alienadas, que possam prejudicar os direitos reais de garantia criados nos termos do presente Contrato ou os direitos aqui concedidos ao Agente de Garantia.

## 5 Obrigações Adicionais da Alienante

- 5.1 Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Contrato, na Escritura de Emissão, ou em lei, a Alienante compromete-se, em caráter irrevogável, até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, a cumprir com as obrigações a seguir elencadas:

JUCESP  
17 06 13

- 5.1.1 obter e manter válidas e eficazes todas as autorizações, incluindo as societárias e governamentais, exigidas (i) para a validade ou exequibilidade deste Contrato; (ii) para o fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas; e (iii) para a continuidade das suas operações;
- 5.1.2 tratar qualquer sucessor do Agente de Garantia como se fosse signatário original deste Contrato, garantindo-lhe o pleno e irrestrito exercício de todos os direitos e prerrogativas atribuídos ao Agente de Garantia, nos termos deste Contrato;
- 5.1.3 cumprir, mediante o recebimento de comunicação enviada por escrito pelo Agente de Garantia, na qual este declare que ocorreu e persiste um inadimplemento de qualquer das Obrigações Garantidas ou um Evento de Inadimplemento (conforme definido na Escritura de Emissão), todas as razoáveis instruções necessárias passadas, por escrito ou por meio eletrônico, pelo Agente de Garantia para regularização das Obrigações Garantidas inadimplidas ou decorrentes da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento ou para excussão da presente garantia, nos termos da Cláusula Sexta abaixo;
- 5.1.4 efetuar, se solicitado pelo Agente de Garantia ou pelos Debenturistas, as Substituições ou Reforços de Garantia necessários, nos prazos e formas previstos neste Contrato;
- 5.1.5 até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, manter a Alienação Fiduciária sempre existente, válida, eficaz, em perfeita ordem e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição, sendo expressamente vedada a constituição de qualquer tipo de garantia sobre as Ações Alienadas (exceto a Alienação Fiduciária), sem a prévia e expressa autorização do Agente de Garantia, depois de ouvidos os Debenturistas;
- 5.1.6 defender-se de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar ou alterar a Alienação Fiduciária, as Ações Alienadas, este Contrato e/ou o integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, bem como informar imediatamente o Agente de Garantia sobre qualquer ato, ação, procedimento ou processo a que se refere este inciso;
- 5.1.7 no caso de um Evento de Inadimplemento, não obstar (e fazer com que seus administradores não obstem) a realização e implementação, pelo Agente de Garantia ou pelos Debenturistas, de quaisquer atos que sejam necessários ou convenientes à excussão das garantias ora constituídas e à salvaguarda dos direitos, interesses e garantias dos Debenturistas, representados pelo Agente de Garantia;
- 5.1.8 não alterar quaisquer termos e condições das Obrigações Garantidas sem a prévia autorização do Agente de Garantia, depois de ouvidos os Debenturistas;
- 5.1.9 reembolsar o Agente de Garantia, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento de comunicação escrita neste sentido, por todos os custos e despesas incorridos com o registro deste Contrato, se for o caso, nos termos aqui previstos, desde que devidamente comprovados; e
- 5.1.10 não ceder, vender, alienar, transferir, permutar, conferir ao capital, emprestar, dar em pagamento, endossar, descontar ou de qualquer outra forma transferir ou dispor, inclusive por meio de redução de capital, ou constituir qualquer Ônus (exceto pela Alienação Fiduciária) sobre, em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte,

DUCE SP  
17 05 13

direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico, qualquer das Ações Alienadas e/ou dos Direitos Relacionados às Ações Alienadas.

## **6 Excussão da Alienação Fiduciária**

- 6.1** Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão), o Agente de Garantia (observado o disposto na Escritura de Emissão), poderá, de boa-fé, pelo preço e nas condições que entender apropriados, e em qualquer caso que não seja por preço vil, no todo ou em parte, pública ou particularmente, judicial ou de forma amigável (extrajudicialmente), a exclusivo critério dos Debenturistas, independentemente de leilão, de hasta pública, de avaliação, de notificação judicial ou extrajudicial ou de qualquer outro procedimento, excutir a Alienação Fiduciária, no todo ou em parte, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas. Para tanto, o Agente de Garantia fica autorizado pela Alienante, em caráter irrevogável e irretratável, a alienar, ceder, vender, transferir, usar, sacar, descontar ou resgatar as Ações Alienadas, total ou parcialmente, utilizando o produto na quitação das Obrigações Garantidas devidas e não pagas e de todos e quaisquer tributos e despesas incidentes sobre a alienação, cessão, venda, transferência, uso, saque, desconto ou resgate das Ações Alienadas ou incidente sobre o pagamento aos Debenturistas do montante de seus créditos, entregando à Alienante o que porventura sobejar.
- 6.2** Pelo presente Contrato e na melhor forma de direito, o Agente de Garantia fica, em caráter irrevogável e irretratável, como condição deste Contrato, autorizado, na qualidade de mandatário da Alienante, na ocorrência do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, a firmar, se necessário, quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários para tanto, sendo-lhe conferidos todos os poderes que lhe são assegurados pela legislação vigente, inclusive os poderes "*ad judicia*" e "*ad negotia*", incluindo ainda os previstos no artigo 66-B da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, no Decreto-Lei n.º 911, de 1º de outubro de 1969, conforme alterado, no artigo 19 da Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada, no artigo 293 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e demais disposições do Código Civil e todas as faculdades previstas na Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada.
- 6.3** Caso os recursos apurados de acordo com os procedimentos de excussão previstos nesta Cláusula 6 não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as Obrigações Garantidas, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, proporcionalmente ao valor do crédito de cada um dos Debenturistas em relação ao saldo devedor das Obrigações Garantidas, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Alienante nos termos da Escritura de Emissão que não sejam os valores a que se refere o item (ii) abaixo; e (ii) Juros Remuneratórios, Encargos Moratórios e demais encargos e despesas devidos sob as Obrigações Garantidas. Caso, após a integral liquidação das Obrigações Garantidas e das despesas com a excussão da Alienação Fiduciária, nos termos desta Cláusula 6, seja apurado saldo positivo, o Agente de Garantia deverá entregá-lo à Alienante, acompanhado do respectivo demonstrativo de sua apuração.
- 6.4** Os procedimentos de excussão previstos nesta Cláusula 6 serão repetidos sucessivamente, até a integral quitação das Obrigações Garantidas. Fica desde já estabelecido que, se o valor apurado com a excussão da garantia objeto deste Contrato não bastar para pagar integralmente as Obrigações



JUCESP  
17 06 13

Garantidas e as despesas incorridas na excussão, a Alienante permanecerá responsável pelo saldo devedor das Obrigações Garantidas que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos dos Juros Remuneratórios, Encargos Moratórios e demais encargos incidentes sobre o saldo devedor das Obrigações Garantidas enquanto não forem pagas, reconhecendo, desde já, se tratar de quantia líquida, certa e passível de cobrança por meio de processo de execução.

- 6.5 A Alienante obriga-se a praticar todos os atos e cooperar com o Agente de Garantia e com os Debenturistas em tudo que se fizer necessário ao cumprimento do disposto nesta Cláusula 6.

## **7 Obrigações e Declarações do Agente de Garantia**

- 7.1 Sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste Contrato, na Escritura de Emissão ou em lei, o Agente de Garantia obriga-se a:

7.1.1 verificar a regularidade da constituição da Alienação Fiduciária e sua exequibilidade;

7.1.2 celebrar aditamentos a este Contrato nos termos aqui previstos, inclusive em decorrência da Substituição ou Reforço de Garantia, nos termos da Cláusula 3 acima; e

7.1.3 tomar todas as providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos, incluindo a excussão da Alienação Fiduciária, observado o disposto neste Contrato e na Escritura de Emissão.

- 7.2 O Agente de Garantia, neste ato, declara que:

7.2.1 é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;

7.2.2 está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações, inclusive societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração deste Contrato e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;

7.2.3 o representante legal do Agente de Garantia que assina este Contrato tem, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente de Garantia, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o mandato em pleno vigor; e

7.2.4 este Contrato e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Agente de Garantia, exequíveis de acordo com os seus termos e condições.

## **8 Direitos de Voto**

- 8.1 Desde que nenhum Evento de Inadimplemento tenha ocorrido e esteja persistindo, a Alienante poderá exercer livremente seus direitos de voto com relação às Ações Alienadas, obrigando-se, contudo, a Alienante a não exercer tal direito de voto, nem conceder qualquer consentimento, renúncia ou ratificação, tampouco praticar qualquer outro ato que, de qualquer maneira, viole, seja incompatível com ou prejudique a Alienação Fiduciária ou quaisquer dos termos do presente Contrato.

DUCE SP  
17 06 13

- 8.2 Ocorrendo qualquer Evento de Inadimplemento, e até que tal evento tenha sido sanado ou até que as Ações Alienadas sejam utilizadas para a integral liquidação das Obrigações Garantidas, o exercício, pela Alienante, dos direitos de voto referentes às Ações Alienadas para deliberação de qualquer matéria estará sujeita à autorização prévia dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

## 9 Dividendos

- 9.1 Desde que nenhum Evento de Inadimplemento tenha ocorrido e esteja persistindo, os lucros, dividendos, juros sobre capital, rendimentos, distribuições, bônus ou quaisquer outros direitos econômicos com relação às Ações Alienadas poderão ser livremente pagos ou distribuídos à Alienante.

- 9.2 Ocorrendo qualquer Evento de Inadimplemento, e até que tal evento tenha sido sanado ou até que as Ações Alienadas sejam utilizadas para a integral liquidação das Obrigações Garantidas, somente poderão ser pagos os lucros, dividendos, juros sobre capital, rendimentos, distribuições, bônus ou quaisquer outros direitos econômicos com relação às Ações Alienadas, desde que seja obtido o consentimento prévio e por escrito do Agente de Garantia, depois de ouvidos os Debenturistas. Caso os lucros, dividendos, juros sobre capital, rendimentos, distribuições, bônus ou quaisquer outros direitos econômicos com relação às Ações Alienadas sejam pagos em desacordo com a cláusula acima, a Alienante deverá mantê-los segregados e sob fidúcia em benefício dos Debenturistas, até a liberação da Alienação Fiduciária prevista neste Contrato.

## 10 Comunicações

- 10.1 Todas as comunicações realizadas nos termos deste Contrato devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante “aviso de recebimento” expedido pelo correio, nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado. A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

- (a) para a Alienante:

**Vigor Alimentos S.A.**

Rua Joaquim Carlos, 396, 1º andar

São Paulo, SP

CEP 3019-900

At.: Sr. Maurício Leonardo Hasson

Tel.: (11) 2799 5817

Fax: (11) 2292 9234

e-mail: [mauricio.hasson@vigor.com.br](mailto:mauricio.hasson@vigor.com.br)

- (b) Para o Agente de Garantia:

DUCE SP  
17 06 13

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514 – Barra da Tijuca  
CEP 22640-102, Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio  
Ferreira (Backoffice Financeiro)

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: middle@pentagonotrustee.com.br / backoffice@pentagonotrustee.com.br

**11 Disposições Gerais**

- 11.1** Este Contrato constitui parte integrante e complementar da Escritura de Emissão, cujos termos e condições as Partes declaram conhecer e aceitar.
- 11.2** As obrigações assumidas neste Contrato têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 11.3** Qualquer alteração a este Contrato somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as Partes.
- 11.4** A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das Cláusulas deste Contrato não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer Cláusula deste Contrato, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à Cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Contrato, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da Cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da Cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
- 11.5** Fica vedada a cessão dos direitos e transferência das obrigações decorrentes deste Contrato sem anuência da outra Parte.
- 11.6** Qualquer tolerância, silêncio, omissão, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
- 11.7** A Alienante obriga-se, como condição deste Contrato, no que lhe disser respeito, a tomar todas e quaisquer medidas necessárias à formalização e, se for o caso, à excussão da Alienação Fiduciária, e a tomar tais medidas e produzir tais documentos de modo a possibilitar ao Agente de Garantia e/ou aos Debenturistas o exercício dos direitos e prerrogativas estabelecidos neste Contrato.
- 11.8** Qualquer custo ou despesa eventualmente incorrido pela Alienante no cumprimento de suas obrigações previstas neste Contrato ou na Escritura de Emissão será de inteira responsabilidade da Alienante, não cabendo ao Agente de Garantia e/ou aos Debenturistas qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou reembolso.
- 11.9** Qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente de Garantia e/ou pelos Debenturistas em decorrência de registros, averbações, processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à constituição, manutenção e/ou liberação da Alienação

JUCESP  
17 06 13

Fiduciária, ao recebimento do produto da excussão da Alienação Fiduciária e à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Agente de Garantia e/ou dos Debenturistas previstos neste Contrato, incluindo custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais razoáveis ou quaisquer outros custos ou despesas comprovadamente incorridos relacionados com tais processos, procedimentos ou medidas; será de responsabilidade integral da Alienante, devendo ser reembolsado ao Agente de Garantia e/ou aos Debenturistas, conforme o caso, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento de notificação neste sentido, acompanhada dos documentos comprobatórios das despesas incorridas.

- 11.10** Qualquer importância devida ao Agente de Garantia e/ou aos Debenturistas nos termos deste Contrato deverá ser paga nos termos previstos nos Documentos das Obrigações Garantidas, vedada qualquer forma de compensação por parte da Alienante.
- 11.11** As Partes reconhecem este Contrato como título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585, inciso II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").
- 11.12** Para os fins deste Contrato, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das Obrigações Garantidas, nos termos dos artigos 461, 461-A, 621, 632 e seguintes do Código de Processo Civil.
- 11.13** No cumprimento de suas atribuições previstas neste Contrato, os Debenturistas terão todos os benefícios e proteções que lhes foram outorgados nos demais Documentos das Obrigações Garantidas.
- 11.14** Para os fins deste Contrato, "Dia Útil" significa até o dia subsequente em que os bancos estejam abertos para expediente na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
- 12 Lei e Foro**
- 12.1** Este Contrato é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes deste Contrato.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam este Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também o assinam.

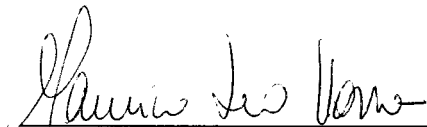
São Paulo, [●] de [●] de 2013.



DUCESP  
17 06 13

[Página de Assinaturas do Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças]

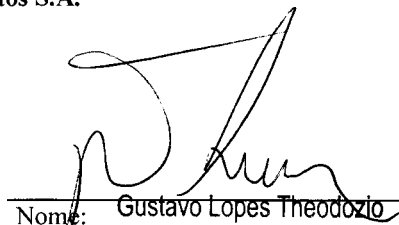
Vigor Alimentos S.A.



Nome:

Cargo:

**Mauricio L. Hasson**  
Diretor Financeiro e  
Relações com Investidores



Nome:

Cargo:


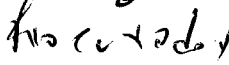
**Gustavo Lopes Theodoro**  
Diretor de Administração  
e Controle



JUCESP  
17 06 13

[Página de Assinaturas do Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças]

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Nome:  Síles Santos de Amorim  
Cargo:  Síles Santos de Amorim

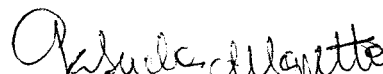
DUCESP  
17 06 13

[Página de Assinaturas do Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em  
Garantia e Outras Avenças]

Testemunhas:



Nome: ODELIO ROBERTO MENDES FILHO  
RG.: 20690769  
CPF/MF: 037 004.456-90



Nome: GABRIELA HARZETTO  
RG.: 43614949-7  
CPF/MF: 542072768-23